

Constituinte antecipará a votação do mandato

Eleições diretas para Presidente da República em 88 é a proposta do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) que consta do Projeto de Decisão a ser encaminhado na terça-feira próxima à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte. Com essa proposta está reaberta a discussão sobre o mandato do presidente Sarney que havia sido praticamente encerrado na convenção extraordinária do PMDB realizada nos dias 18 e 19 de julho.

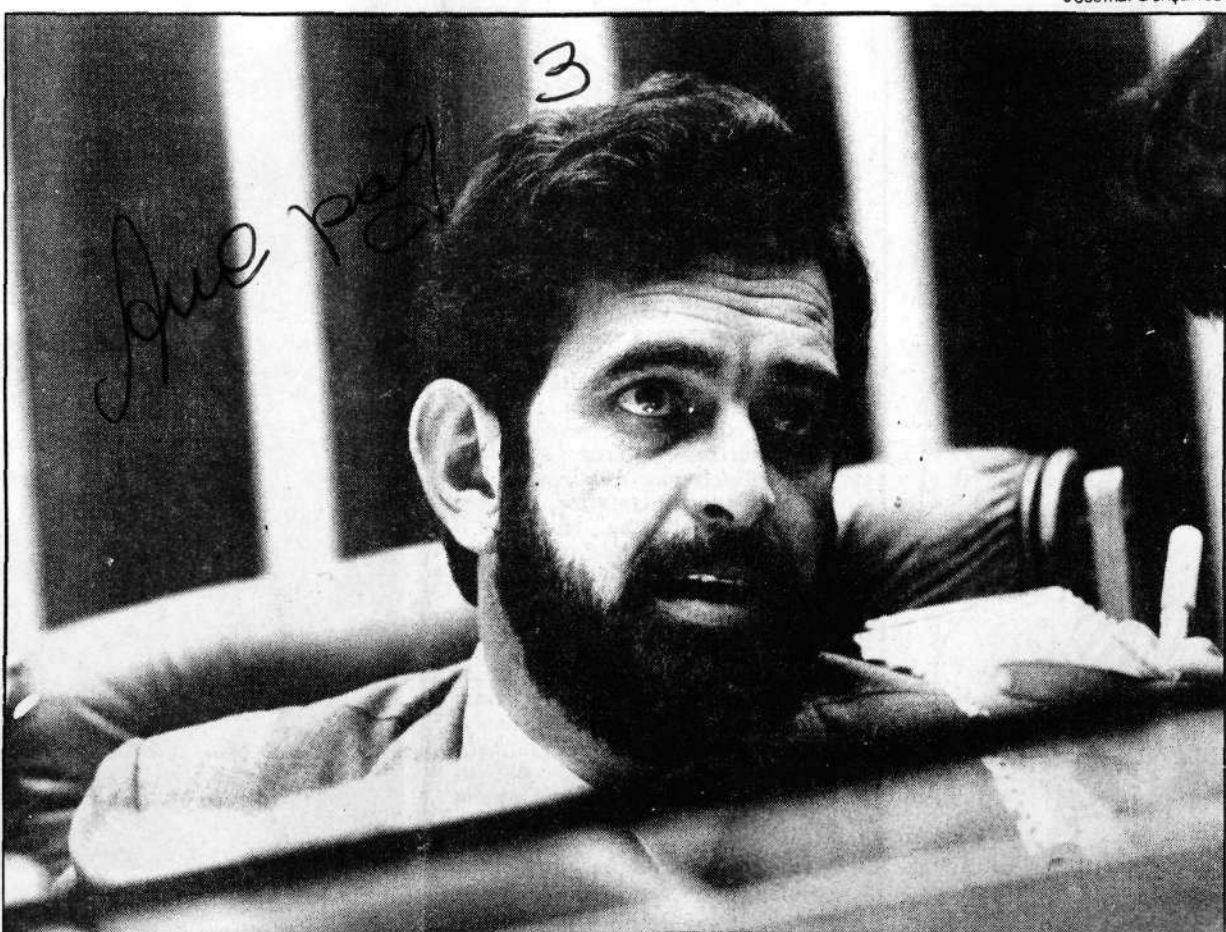
O projeto já conta com 165 assinaturas, faltando apenas 22 para cumprir a exigência regimental de 187 adesões para apresentação de Projeto de Decisão. Entre os signatários estão os líderes de cinco partidos (PCB, PDT, PDC, PSB e PC do B) e vários vice-líderes, entre eles os deputados José Genoíno, do PT; Adilson Mota, do PDS; Euclides Scalco, Miro Teixeira e Antônio Perosa, todos do PMDB. Na avaliação de Faria de Sá o seu projeto já entra no plenário da Constituinte com 186 votos favoráveis — os dos signatários — restando apenas a

adesão de 100 constituintes para a sua aprovação, fixando em quatro anos o mandato do presidente Sarney.

Prejuízo

A justificativa para o projeto baseia-se na preservação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte: "O que temos visto é a discussão do mandato de Sarney sobrepor-se às discussões dos temas constitucionais, o que prejudica na essência os trabalhos da Assembleia. Não posso concordar com que se fique discutindo a permanência de um só homem na Presidência da República, por mais ou por menos um ano, em detrimento de coisas que valerão por 30 ou 40 anos para a vida da totalidade da população brasileira", explica Faria de Sá.

O maior número de adesões aos quatro anos para Sarney vem dos partidos pequenos, como o PL, PTB, PDT, PCB, PT e PC do B, com assinaturas da quase totalidade dessas bancadas e do PMDB, que segundo Faria tem o maior número de signatários. A resistência fica por conta do PFL e do PDS, com raras adesões, como as dos deputados Adilson Mota, Jorge Arbage e Vilma Maia, do PDS e Jutahy Magalhães e Jutahy Júnior, do PFL.



O deputado petebista Arnaldo Faria de Sá (SP) dará entrada no Projeto de Decisão na terça-feira

Prazo é de cinco dias

A Comissão de Sistematização tem até cinco dias para apontar o seu parecer sobre os projetos de decisão, a partir do momento em que a proposta é apresentada à Mesa da Assembleia Constituinte. Em seguida, caso a matéria seja aprovada pela Comissão com maioria absoluta dos votos, 47 sufrágios no mínimo, ela será enviada ao plenário da Constituinte.

No plenário, caberá à Mesa da Constituinte estabelecer a data em que o projeto de decisão será incluído na ordem do dia para discussão e votação, em dois turnos. No caso da proposta do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que prevê a votação imediata do mandato do presidente Sarney, o quorum para sua aprovação é de 280 votos positivos, por se tratar de matéria constitucional.

Segundo o Regimento Interno da Constituinte, os projetos de decisão destinam-se a sobrepor medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões da Constituinte e necessitam ter o apoio de um terço dos constituintes, isto é,

no mínimo a assinatura de 187 parlamentares.

Apesar do regimento definir que os projetos de decisão têm a finalidade de impedir qualquer ação contrária à Constituinte, a proposta do deputado Arnaldo Faria de Sá poderá ser aprovada. Precedente neste sentido já foi aberto quando a Comissão de Sistematização aprovou projeto de decisão do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) que proibe a conversão da dívida externa em capital de risco no país.

É verdade, no entanto, que o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), entrou com um recurso junto ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pedindo a anulação da votação na Comissão uma vez que o projeto não significava salvaguarda da Constituinte.

Atualmente, além da proposta do deputado Paulo Ramos existem mais quatro projetos de decisão que passaram pela Comissão de Sistematização e deverão ser votados em plenário.

Projeto terá parecer favorável na Sistematização, diz Cabral

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, vai dar parecer favorável ao Projeto de Decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que fixa em quatro anos o mandato do presidente Sarney. Segundo Cabral, o Projeto atende à exigência regimental, pois em sua avaliação a confusão gerada em torno da discussão do tempo de duração do mandato ameaça a soberania da Constituinte.

O relator fez questão de ressaltar que, como jurista sempre defendeu o respeito à atual Constituição que dá seis anos de mandato ao presidente. "Como político, no entanto, vou respeitar a decisão soberana da Constituinte. Embora discordo da proposta de Faria de

Sá, pretendo acatar o seu Projeto de Decisão, pois considera que essa confusão toda em torno do mandato pode ameaçar os trabalhos da Assembleia".

Este será o primeiro Projeto de Decisão com parecer favorável do relator sobre a sua pertinência. Os cinco primeiros, embora votados no plenário da Constituinte, receberam parecer contrário de Cabral, por não terem relação direta com a preservação da soberania da Assembleia.

Substitutivo

O Substitutivo ao Projeto de Constituição do relator reduzirá a praticamente metade o atual texto em discussão e virá acompanhado de um capítulo à parte, sob o

título "Atos de Disposições não Constitucionais". A intenção de Cabral é apresentar um texto com no mínimo 200 e no máximo 250 artigos, acompanhado de um capítulo em separado, contendo temas como pena de morte, aborto, estabilidade no emprego e Lei de Segurança Nacional, para ser votado e discutido junto com o Projeto de Constituição.

Ele explica que esta é uma tentativa de não frustrar os constituintes em sua ansia de votar também os temas de legislação ordinária, imprescindíveis ao cumprimento da nova Constituição do País: "Se minha ideia for bem aceita pela Assembleia, estes atos não constitucionais entrarão em vigor a partir da promulgação da nova Carta".

Respeito à lei

A atual Constituição fixa o mandato do presidente da República em seis anos, e menos do que isso, é quase uma cassação ao mandato presidencial. A afirmação foi feita ontem pelo ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz, durante solenidade de assinatura de convênios na área de saneamento básico. Para o ministro, parece já ser uma escola do Brasil presidente não terminar mandato, ressaltando que não cabe a ele defender prazos ou mesmo definir datas de eleições. "Gostaria apenas, acrescentou, que neste Brasil começássemos a respeitar leis".

Crianças, não

O deputado Cunha Bueno apresentou, ontem, emenda constitucional, encampando reivindicação de um milhão de crianças, no sentido de que conste da Constituição o seguinte dispositivo: "Toda criança tem direito à vida, a um nome, a uma família, à educação, à saúde, ao lazer, à moradia, à alimentação, à segurança social e afetiva".

Emenda popular nesse sentido foi recusada, porque o regimento interno da Constituinte exige que cada assinante coloque o número de seu título de eleitor. Não sendo eleitoras, as crianças ficam impossibilitadas de formular suas reivindicações diretamente.

Carta "enxuta"

O prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, disse ontem que o projeto da Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização "necessita ser triturado a menos de 200 artigos, caso contrário teremos uma enciclopédia britânica transformada em Constituição e que ninguém saberá ler".

O ex-presidente da República, em declarações à imprensa no Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente afirmou que, como todo o povo brasileiro, " vê a Constituinte com esperanças e preocupações", esperanças de se chegar a uma Constituição enxuta, substantiva e presidencialista".

Contra o Fundo

Até o final da semana, o empenhado paranaense deverá engrossar em mais de 10 mil assinaturas o abaixo-assinado do movimento nacional contra a criação do Fundo de Segurança Social, proposto pelos constituintes, que administraria as contribuições empresariais dos Sesc, Senai, Sesi e Senac do País. A informação foi dada ontem pelo diretor regional do Senai do Paraná, Gerônimo Molli, que prevê a coleta de mais de um milhão de assinaturas em todo o Brasil e sustenta a formação de um forte lobby na Constituinte para este fim.

Plenário examina hoje emenda sobre religião

A Comissão de Sistematização aprecia hoje, a partir das 9h00, a primeira emenda popular instituído a obrigatoriedade da educação religiosa nos ensinos de 1º e 2º graus, respeitando pluralidade cultural e a liberdade religiosa. Segundo o relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), o seu parecer foi favorável ao encaminhamento da matéria ao plenário da Constituinte, já que foram cumpridos todos os pré-requisitos estabelecidos no regimento interno — encaminhamento por três entidades da sociedade e mais de 30 mil assinaturas.

adiantou que nessa fase não está analisando o mérito das emendas. Desde que cumpram os pré-requisitos, todas serão encaminhadas ao plenário e só depois da votação ele poderá decidir sobre a inclusão no seu substitutivo. "É claro que se uma emenda for aprovada, em plenário terei que acolhê-la".

Cabral teme o encaminhamento das emendas populares somente no final do prazo de apresentação. Lembrou a mobilização popular que transformou o 12 de agosto no dia nacional para a apresentação de emendas. Estão sendo esperadas mais de 60 propostas, por isso ele acredita que muitas serão prejudicadas pela falta de tempo para a preparação detalhada do parecer.

A proposta de instituição do ensino religioso no currículo das escolas públicas e particulares é uma iniciativa da Associação Interconfessional de Educação de Curitiba, do Conselho de Igrejas para Educação Religiosa e do Instituto Regional de Pastoral de Mato Grosso. Foram colhidas 66.637 assinaturas de apoio e a defesa da proposta ficará por conta do senador Afonso Camargo (PMDB-PR), que foi convidado pelas instituições.

O regimento interno da Constituinte prevê o encaminhamento da emenda popular à Comissão de Sistematização 48 horas depois de sua apresentação. Garante ainda o direito de 20 minutos de defesa a um parlamentar, 20 minutos a um signatário e 30 minutos ao relator da matéria. Por mais rápido que seja o encaminhamento da matéria serão gastos, no mínimo, uma hora e dez minutos.

Acolhimento

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral,

Líder do PDT busca apoio contra LSN

Até às 16h00 de ontem, o líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro, já havia conseguido 120 das 186 subscrições necessárias à apresentação de um Projeto de Decisão suspendendo a vigência da Lei de Segurança Nacional durante os trabalhos da Assembleia Constituinte. De acordo com a proposta, caso seja aprovado pela Comissão de Sistematização e pelo plenário da Constituinte, os processos e inquéritos instaurados com base na Lei de Segurança Nacional serão redistribuídos à justiça comum, aplicando-se o Código Penal para a sanção dos delitos tipificados.

Na justificativa da proposta, o deputado petedista afirma ser a suspensão da Lei de Segurança Nacional condição essencial para que a Constituinte possa exercer sua soberania em toda sua plenitude. "Nos recentes episódios ocorridos no Rio de Janeiro, o ministro da Justiça determinou a aplicação da Lei de Segurança Nacional contra manifestantes que vaiaram o Presidente da República. Cidadãos tiveram seus lares invadidos, foram presos sem mandato judicial e mantidos incoerentes".

Nessa linha de raciocínio, ele alega que a crise política e social poderá provocar protestos populares.

Tutu Quadros faz defesa da Constituinte

Emocionada e tremendo muito, a deputada Dirce "Tutu" Quadros (PDC-SP), depois de afastada dos trabalhos da Constituinte, em razão de uma licença forçada para tratamento psiquiátrico, usou a tribuna ontem para defender a Assembleia Nacional Constituinte. "Os ataques generalizados à Constituinte são injustos, dado ao fato que ela permite um avanço político".

De acordo com a deputada, pela primeira vez se pode discutir abertamente a função da lei constitucional, os direitos do cidadão, a lei ordinária e as instituições públicas e privadas. "A ditadura fez um grande estrago na mente nacional. Estamos produzindo cidadania. Atribuir a delicada e complexa elaboração da Carta Magna a todos os deputados e senadores, é uma obrigação democrática, pois fomos eleitos para este fim", afirmou.

Dirce Quadros discorda dos que afirmam que o projeto de Constituição é confuso e de baixo nível. "Ele contém um sadio conflito político e ideológico, buscando o equilíbrio". Para ela a Constituinte está dando o primeiro passo para melhorar a política do País. Após o pronunciamento, a deputada foi cumprimentada por vários parlamentares.

Votação poderá ser nominal

A votação dos dois temas políticos mais controversos da Assembleia Constituinte — o mandato do presidente Sarney e o sistema de Governo — far-se-á por chamada nominal dos constituintes, ainda que o painel eletrônico de votação, em fase de reforma no plenário da Assembleia, seja utilizado no exame de outras matérias constitucionais.

Em princípio, esse procedimento conta com o apoio do grupo progressista do PMDB, do qual faz parte o líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas, e de constituintes de quase todas as agremiações ali representadas.

emergência ajudaram a derrotar as diretas-já, mas as imagens gravadas na oportunidade, por emissoras de rádio e televisão, contribuíram, posteriormente, para impulsionar o colégio eleitoral, permitindo a vitória da chapa Tancredo-Sarney, apoiado pelas oposições e pela dissidência do PDS.

Para forçarem os defensores do mandato presidencial de cinco anos a tomarem consciência do risco político que correm, por apoiarem essa tese, diante das câmaras de televisão, líderes e vice-líderes de quase todos os partidos vão pedir ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que dispense o painel eletrônico de votação, na hora votá-la, possivelmente no final de outubro próximo. Se essa proposta não for aceita, sob o argumento de que dificulta o processo de votação, os deputados José Genoíno (vice-líder do PT), Brandão Monteiro (líder do PDT), Adilson Mota (vice-líder do PDS) e Arnaldo Faria de Sá, do PTB, paulista, além de parlamentares progressistas do PMDB, vão repetir, em plenário, o pedido de dispensa da votação eletrônica.

O objetivo dessa votação nominal, na presença das emissoras de televisão e de rádio, é fazer com que o eleitorado brasileiro tome conhecimento do modo como votarão os constituintes.

Para o deputado Alcenir Guerra, do PFL do Paraná, o processo eletrônico não dificulta — como acreditam os demais líderes — a publicidade em torno do nome dos constituintes que se manifestarem favoravelmente aos cinco anos para Sarney. Guerra, partidário do mandato de quatro anos, acha que basta ser assegurada, na votação, a presença das emissoras de televisão em plenário. Os demais líderes, porém, acham que o painel facilita a votação em termos de ocultar o pensamento dos votantes.

No plenário da Constituinte circulou, ontem, a notícia de que o Governo usaria de todos os artifícios para neutralizar a vitória da tese do mandato presidencial de quatro anos e do sistema parlamentar de Governo.

Sem dificuldade

Para o deputado Alcenir Guerra, do PFL do Paraná, o processo eletrônico não dificulta — como acreditam os demais líderes — a publicidade em torno do nome dos constituintes que se manifestarem favoravelmente aos cinco anos para Sarney. Guerra, partidário do mandato de quatro anos, acha que basta ser assegurada, na votação, a presença das emissoras de televisão em plenário. Os demais líderes, porém, acham que o painel facilita a votação em termos de ocultar o pensamento dos votantes.

Diretas já

Como se recorda, na votação da emenda do deputado Dante de Oliveira, em abril de 1984, o Governo proibiu a transmissão ao vivo, pela televisão e pelo rádio, da votação daquela matéria. Além disso, para impedir o acesso de público às galerias ou mesmo às dependências externas do Congresso, foi decretado então o Estado de Emergência em Brasília e em Goiás, através de cujas estradas viriam caravanas de todos os estados, ao Distrito Federal, a fim de acompanhar a votação.

O impedimento da transmissão direta da votação e as medidas de

Grupo quer evitar extremos

Arquivo 11/07/87

«No início de agosto serão operacionalizadas as propostas que iremos levar ao relator da Comissão de Sistematização e a todos os membros do órgão». O anúncio foi feito ontem pelo presidente do Instituto Tancredo Neves, do PFL, deputado Lúcio Alcântara, ao final de reunião do grupo moderno do PFL com o grupo de esquerda moderada do PMDB, com vistas à elaboração de «uma Constituição viável e moderna».

«Queremos evitar os extremos para elaborar uma Constituição moderna, possível e com avanços sociais. Se falhar o entendimento, teremos a radicalização, quando triunfará o setor mais retrógrado. A partir de agosto, teremos trabalho em tempo integral», acrescentou.

A reunião de ontem estiveram presentes, pelo PFL, além de Alcântara, o senador José Agripino (PFL/RN), o deputado Alcenir Guerra (PFL/PR), Jales Fontoura (PFL/GO), Maurício Campos



Serra participou da reunião

(PFL/MG), entre outros. Pelo PMDB participaram os deputados José Serra (PMDB/SP), Antônio Brito (PMDB/RS) e Euclides Scalco (PMDB/PR).

Ontem o deputado Lúcio Alcântara relatou o que tem estudado de propostas relativas à reforma urbana, enquanto o senador José Agripino deu conta das dificuldades encontradas em seus contatos com autoridades militares.